**INCLUSÃO E ACESSIBILIDADES NOS CENTROS ESPÍRITAS**



Francielle Matos Bispo

Equipe de Educação Inclusiva da Federação Espírita Catarinense [[1]](#footnote-1)

**RESUMO**

O objetivo deste artigo é analisar a importância da inclusão e acessibilidades nos Centros Espíritas, considerando a importância de levar o evangelho a todas as pessoas. Para tanto, buscou-se entender a estima do tema, ponderando inicialmente conceitos relativos as particularidades de cada deficiência, expondo conceitos das barreiras a serem evitadas e apresentar práticas que visem garantir as acessibilidades para todos. É notável que o conceito de acessibilidades vai muito além da questão arquitetônica, outros pontos são fundamentais como a metodológica, instrumental, comunicacional e principalmente a atitudinal, sendo esta última relacionada ao capacitismo, conceito fundamental para compreensão do preconceito com pessoas com deficiência. Foram apresentados conceitos importantes como Desenho Universal, aplicativos e ferramentas de tecnologias assistivas e de comunicação alternativa. Considerando o Centro Espírita como célula viva e pulsante, lugar de trabalho para todos, de solidariedade entre todos e de tolerância para com todos é imprescindível o olhar inclusivo por todos os trabalhadores da tarefa, seguindo os ensinamentos do mestre Jesus, valorizando as potencialidades de cada espírito.

**Palavras-chave:** Inclusão; acessibilidades; centros espíritas.

**1 INTRODUÇÃO**

 O Censo 2010 afirma que quase 46 milhões de brasileiros, cerca de 24% da população, declarou possuir pelo menos uma das deficiências investigadas (mental, motora, visual e auditiva), a maioria, mulheres. Entre os idosos, aproximadamente 68% declararam possuir alguma das deficiências.

 O artigo 2º da Lei Federal nº 13.146/2015, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. A sigla comumente utilizada para designar Pessoas com Deficiência é PcD. Atualmente, utiliza-se de modo geral essa denominação por julgar que a pessoa não porta uma condição, como se lhe facultasse a possibilidade de não portá-la, mas apresenta a deficiência ligada à sua condição de sujeito (SASSAKi, 2003).

 De acordo com a obra "Orientação ao Centro Espírita” (FEB, 1988) os Centros e demais entidades espíritas são como escolas de formação espiritual e moral que devem ser, “desempenham papel relevante na divulgação do Espiritismo e no atendimento **a todos** os que nele buscam orientação e amparo”. (FEB, 1988, p. 19, *grifo nosso*). A questão indagada durante este trabalho é: será que **todas** as pessoas estão sendo atendidas nos Centros Espíritas respeitando suas características e particularidades? As pessoas com deficiência são, antes de mais nada,

Pessoas como quaisquer outras, com protagonismos, peculiaridades, contradições e singularidades. Pessoas que lutam por seus direitos, que valorizam o respeito pela dignidade, pela autonomia individual, pela plena e efetiva participação e inclusão na sociedade e pela igualdade de oportunidades, evidenciando, portanto, que a deficiência é apenas mais uma característica da condição humana (ENEAP, 2017, p. 27).

 O Centro Espírita, portanto, tem por finalidade o estudo e a prática da Doutrina dos Imortais, onde se iluminam os Espíritos, aprendendo, na convivência fraternal, a experiência da solidariedade, do trabalho e da tolerância, a fim de poderem avançar no rumo da plenitude. Por essa razão, desempenha um papel de grande relevância nas atividades do Movimento Espírita, contribuindo valiosamente para a constituição de uma sociedade nobre e digna, à luz do Evangelho de Jesus restaurado pela Codificação Kardequiana (SCHUBERT, 2006, p. 15).

 A partir dessa questão de pesquisa elegemos o objetivo geral que buscou com este artigo analisar a importância da inclusão e acessibilidades nos Centros Espíritas, considerando a importância de levar o evangelho a todas as pessoas.

Para o desenvolvimento desse estudo seguimos direcionados pelos objetivos específicos:

* Identificar conceitos relativos as particularidades de cada deficiência
* Expor conceitos das barreiras a serem evitadas
* Apresentar práticas que visem garantir as acessibilidades para todos.

Conforme destaca Schubert (2006), Jesus confere a todos, a honra de colocar dentro das construções que as forças materiais nos deram a flama viva do ideal que não pode perecer e que deve conduzir os destinos do homem novo, como novo homem, na direção daquele porvir que já chegou e passa no veículo da realidade ligeira diante dos nossos olhos. Que seja a caridade, na prática do amor, a força que estimule a mudança.

**2 CONCEITOS GERAIS SOBRES AS DEFICIÊNCIAS**

 A Inclusão pode ser vista como um paradigma da sociedade, é o processo pelo qual os sistemas sociais comuns são tornados adequados para toda a diversidade humana - composta por etnia, raça, língua, nacionalidade, gênero, orientação sexual, deficiência e outros atributos - com a participação das próprias pessoas na formulação e execução dessas adequações (SASSAKI, 2009, p.1).

 Em relação a questão estudada neste artigo, há um processo bilateral no qual as pessoas com deficiência e a sociedade buscam, em conjunto, equacionar problemas, encontrar soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos. Para tanto, é necessário compreender, antes de tudo, as particularidades de cada indivíduo, que de maneira generalizada podem se enquadrar em inúmeros decretos e leis que visem assegurar seus direitos. O Decreto Federal nº 5.296/2004 define os tipos de deficiências:

1. Física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;
2. Auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de 41dB ou mais, aferida por audiograma nas freqüências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz;
3. Visual: cegueira (na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica), baixa visão (acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica), os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º, ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições acima;
4. Mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos 18 anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais, utilização dos recursos da Inclusão de pessoas com deficiência – Manual de Orientações às Empresas 12 Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Regional de São Paulo / 2016 comunidade, saúde e segurança, habilidades acadêmicas, lazer e trabalho;
5. Múltipla: associação de duas ou mais deficiências.
6. Autista: De acordo com a Lei n º 12.764, de dezembro de 2012, a pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais. De acordo com a lei, o autista pode apresentar características como: deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento; padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

 Entretanto, há condições que não se caracterizam como deficiência, mas que também exigem um olhar mais atento por parte dos trabalhadores espíritas, para que necessidades e características sejam levadas em consideração no planejamento de estudos e aulas de evangelização. Casos como: pessoas com dislexia, altas habilidades, transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH), entre outras.

1. Dislexia: A associação brasileira de dislexia a caracteriza como um transtorno específico e persistente da leitura e da escrita, que se caracteriza por um baixo desempenho na capacidade de ler e escrever. Trata-se de um distúrbio ou transtorno de aprendizagem na área da leitura, escrita e soletração. Ao contrário do que muitos pensam, a dislexia não é o resultado de má alfabetização, desatenção, desmotivação, condição socioeconômica ou baixa inteligência. Ela é uma condição hereditária com alterações genéticas, apresentando ainda alterações no padrão neurológico.
2. Altas habilidades/ superdotação: correspondem ao notável desempenho e elevada potencialidade em qualquer dos seguintes aspectos isolados ou combinados: capacidade intelectual geral; aptidão acadêmica específica; pensamento criativo ou produtivo; capacidade de liderança; talento especial para artes; e capacidade psicomotora (Saberes e práticas da inclusão, 2006).
3. Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH): é um transtorno neurobiológico, de causas genéticas, que aparece na infância e frequentemente acompanha o indivíduo por toda a sua vida, caracteriza-se por sintomas de desatenção, inquietude e impulsividade.

Dado os conceitos, é notável que as pessoas com deficiência enfrentam inúmeras barreiras para fazer escolhas e viver com o mínimo de impedimentos possíveis. Essas barreiras geram injustiça social, vulnerabilidade, rebaixamento de expectativas em relação à vida familiar, escolar, laboral, esportiva, do lazer, e colocam tais pessoas em desvantagem em relação às outras (MANTOAN, p.4, 2017). Considerando isto, é essencial identificar as barreiras e formas de evita-las e garantir as acessibilidades.

**3 BARREIRAS E ACESSIBILIDADES**

Barreira é qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança (BRASIL, 2015). As barreiras podem ser classificadas, conforme Quadro 1 abaixo, em seis tipos.

**QUADRO 1 – Classificação das Barreiras**



**Fonte:** Salton (2007) - Manual de acessibilidade em documentos digitais.

 Dentre as barreiras uma que merece destaque é a Barreira Atitudinal, que envolve um conceito chave da inclusão que é o capacitismo.

Vendramin (2019) destaca que capacitismo é a leitura que se faz a respeito de pessoas com deficiência, assumindo que a condição corporal destas é algo que, naturalmente, as define como menos capazes. Campbell (2008) aponta que o termo deriva do inglês (ableism), que significa a discriminação por motivo de deficiência. Segundo a Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência (2008), da ONU, defende que esta discriminação pode ser definida “como qualquer diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, com o propósito ou efeito de impedir ou impossibilitar o reconhecimento, o desfrute ou o exercício, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais nos âmbitos político, econômico, social, cultural, civil ou qualquer outro. Abrange todas as formas de discriminação, inclusive a recusa de adaptação razoável”.

O capacitismo, segundo Vendramin (2019), internalizado deflagra uma dificuldade social em interrogar-se pela diferença, e resulta em perceber pessoas com deficiência como seres menos humanos. A autora destaca que o conceito está relacionado a uma compreensão normatizada e autoritária sobre o padrão corporal humano, que deflagra uma crença de que corpos desviantes serão consequentemente insuficientes, seja diminuindo seus direitos e mesmo o direito à vida em si, seja de maneira conceitual e estética, na realização de alguma tarefa específica, ou na determinação de que essas sejam pessoas naturalmente não saudáveis. Na esfera da nomeação dos “ismos” e “obias” (racismo, machismo, homofobia, etc.), nota-se que o capacitismo chega por último, pois é uma palavra que ainda é desconhecida por muitas pessoas.

 Muitas vezes o capacitismo está presente em situações sutis e subliminares, acionado pela repetição de um senso comum que imediatamente liga a imagem da pessoa com deficiência a alguma das variações dos estigmas construídos socialmente, aos quais se está habituado e, por isso, tendem a não serem percebidos e questionados. Porém, quando o capacitismo é óbvio e visível, ele declara uma outra coisa, ele mostra o quanto esse preconceito ainda é naturalizado como se fosse aceitável ou inevitável. A recorrência dessas experiências é frequente, em variados graus, na vida de diferentes pessoas com deficiência. A questão se centra em pensar como lidamos com esse assunto e o que isso revela sobre a sociedade em que vivemos.

A discriminação sofrida pelas pessoas com deficiência de forma ativa (por exemplo, através de insultos e considerações negativas ou arquitetura não acessível), como de forma passiva (por exemplo, quando se tem um discurso sobre as pessoas com deficiência que as considera merecedoras de pena e caridade, em vez de as ver como pessoas de plenos direitos). Este fato é também, infelizmente sinônimo de um olhar institucional e do senso comum ainda predominante sobre a questão da deficiência que insiste em detectar apenas tragédia pessoal e infortúnio individual ao invés de procurar medidas para auxiliar nas barreiras (Pereira, 2008, p. 18).

 No contexto da inclusão, barreiras são condições ou situações que impedem a plena e efetiva participação das pessoas com deficiência na sociedade em igualdade de oportunidade com relação às demais pessoas. Para evita-las é imprescindível a garantia da acessibilidade, que nada mais é que um direito para todos.

3.1 ACESSIBILIDADES

 Acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL 2015). São vários os tipos de acessibilidades que merecem atenção, conforme Quadro 2 abaixo.

**QUADRO 2 – Classificação das Acessibilidades**



**Fonte:** Salton (2007) - Manual de acessibilidade em documentos digitais.

Hoffmann (2018), afirma que a palavra “acessibilidade” era pensada no singular porque era reduzida ao pensamento e ação da construção de rampas, ampliação de portas, adequações arquitetônicas de um local. Contudo, a pessoa com deficiência precisa de relacionamentos conscientes, acolhedores, portanto, precisam de acessibilidades atitudinais, comunicacionais, comportamentais que vão muito além das questões do ambiente. Percebe-se que acessibilidade vai muito além da arquitetônica, que gera a primeira lembrança. A principal é considerada a atitudinal porque envolve todas as outras, a busca por ações que visem quebrar paradigmas e estabelecer mudanças benéficas a todos.

**4 ACESSIBILIDADES COMO PRÁTICAS INCLUSIVAS NOS CENTROS ESPÍRITAS**

 A questão 37 do “Livro dos Espíritos”, Allan Kardec questiona sobre as Almas Humanas: "Tem fundamento a opinião segundo a qual os cretinos e os idiotas teriam almas de natureza inferior? Os espíritos respondem "Não, eles tem almas humanas, muitas vezes mais inteligentes do que pensais, **mas sofrem da insuficiência dos meios de que dispõem para se comunicar**, **da mesma forma que o mudo sofre por não poder falar”.** Importante destacar os termosantigamente sugeridos para definir pessoas com deficiência intelectual, contudo a resposta dos espíritos, atemporal, mostram que o que faltam são os recursos para que tantos eles quanto os surdos, por exemplo, possam se expressar de maneira efetiva. Recursos esses que podem ser trabalhados através das acessibilidades como direito a todos.

A Casa Espírita muitas vezes, pensa na acessibilidade de forma imediatista para resolver determinada situação que “aparece” no momento, contudo, é importante planejamento para receber essas pessoas, assim como para todas as peculiaridades humanas (a pessoa idosa, a criança e o jovem especial, aquele que sofreu limitações sensoriais durante a vida física, a pessoa surdo-cega, a pessoa obesa ou tetraplégica...).

Para Hoffmann (2018), as acessibilidades implicam em ser acessível e não somente quem não tem uma deficiência e que pode e deve ser acessível. Como todos temos uma diferença, uns mais do que os outros é uma tarefa para todos e sempre. Para que o planejamento ocorra, portanto, é necessário que os dirigentes dos Centros Espíritas percebam a importância do tema e partam para a ação. Como ser acessível?

- Arquitetônica: envolve o ambiente, o espaço físico do Centro Espírita. Preocupação como rampas, portas ampliadas, banheiros adaptados com barras e espaço para deslocamento, placas indicativas de assentos preferenciais, rampas, sinalização, vagas estratégicas no estacionamento, e demais normas fixadas pela ABNT. Um conceito importante é o do Desenho Universal, que significa conceber produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico. Ao se utilizar o desenho universal na concepção de um produto, serviço ou ambiente, o objetivo deve ser o de incluir o maior número possível de pessoas. Visto que, se houver mais de uma opção disponível, deve ser escolhida aquela que for mais inclusiva. Por exemplo: ao instalar maçanetas nas portas de um ambiente físico, deve ser dada preferência às do tipo alavanca do que às do tipo bola. A maçaneta do tipo alavanca pode ser aberta com o cotovelo ou com o punho fechado, beneficiando pessoas que carregam objetos ou que têm força limitada nas mãos. Também deve ser dada preferência às torneiras do tipo monocomando, acionadas por alavancas ou através de sensor.

- Comunicacional: eliminar as barreiras na comunicação interpessoal escrita, desenhada e virtual. Evitar a infantilização e assexualização da pessoa com deficiência. Disponibilizar a informação e os serviços em diversos formatos para que todos possam compreendê-los, usá-los e usufruir deles da forma mais independente e autônoma possível. Uma forma de auxiliar na disponibilização de informações online é a descrição das imagens postadas em sites e redes sociais. Uma pessoa com deficiência visual utilizando leitor de tela não conseguirá acessar a informação escrita se estiver em imagem. Portanto, ao postar pode-se fazer através de texto alternativo para que o leitor tenha acesso ou utilizar o #paratodosverem, em que descrever as informações e textos apresentados na imagem. Dessa forma a informação fica acessível a todos. No caso da pessoa com deficiência auditiva, existem alguns aplicativos que funcionam como tradutores online de textos e áudios. Exemplo: VLibras, Hand Talk, Prodeaf, Ryberná, entre outros. O aplicativo apresenta um avatar realizando os sinais da Língua Brasileira de Sinais. Também, os centros espíritas podem fazer um banco de dados de vídeos, palestras já com o recurso e disponibilizar em suas plataformas.

- Metodológicas: Durante as aulas de estudo e evangelização é importante o planejamento de aulas para todos, considerando as particularidades de cada pessoa e do grupo como um todo. Hoffmann (2018) afirma que deve-se ponderar que não é pelo fato de uma pessoa apresentar alguma deficiência que ela é desprovida de conhecimentos e possibilidades, uma vez que todos trazemos uma bagagem milenar de conhecimentos. Por essa razão deve-se conhecer cada evangelizando ou participante de grupo de estudo e procurar perceber quais barreiras podem ser evitadas afim de que os objetivos das aulas sejam eficazes a todos. Exemplos de metodologias podem ser aula sensoriais, trabalhando demais sentidos para compreensão de uma aula, ou utilização de imagens, para explicação de conteúdo.

- Instrumental: auxiliar na metodologia de trabalho através de recursos e instrumentos. Um exemplo disso são as tecnologias assistivas. Tecnologia Assistiva ou ajuda técnica corresponde a produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. A Tecnologia Assistiva se diferencia das demais tecnologias pela sua finalidade explícita de servir para a maior autonomia, participação e inclusão social das pessoas com deficiência, pessoas idosas ou com alguma limitação. Os recursos de Tecnologia Assistiva podem ser bastantes simples, como uma bengala ou um engrossador de lápis, por exemplo, ou complexos, como teclados e mouses adaptados, softwares leitores de tela, etc. Outro exemplo é a Comunicação alternativa que se destina especificamente à ampliação de habilidades de comunicação. A comunicação alternativa destina-se a pessoas sem fala ou sem escrita funcional ou em defasagem entre sua necessidade comunicativa e sua habilidade de falar e/ou escrever. A CA pode acontecer sem auxílios externos e, neste caso, ela valoriza a expressão do sujeito, a partir de outros canais de comunicação diferentes da fala: gestos, sons, expressões faciais e corporais podem ser utilizados e identificados socialmente para manifestar desejos, necessidades, opiniões, posicionamentos, tais como: sim, não, olá, tchau, banheiro, estou bem, sinto dor, quero (determinada coisa para a qual estou apontando), estou com fome e outros conteúdos de comunicação necessários no cotidiano. Com o objetivo de ampliar ainda mais o repertório comunicativo que envolve habilidades de expressão e compreensão, são organizados e construídos auxílios externos como cartões de comunicação (com desenhos e imagens que representem cada expressão), pranchas de comunicação, pranchas alfabéticas e de palavras, vocalizadores ou o próprio computador que, por meio de software específico.

- Pragmáticas: Observar os Regimentos das Casas espíritas se incluem aspectos das acessibilidades em seus textos, mantendo a visão inclusiva como preceito.

- Atitudinal: Como já mencionado, a barreira atitudinal é a mais importante por abranger todas as outras. Para evitá-la é necessária uma mudança de atitude. O Centro Espírita deve colaborar com capacitações. Conforme resume Hoffmann (2018) no sentido de desconstruir entraves, preconceitos, estigmas, estereótipos. Buscando reforçar a importância da empatia, solidariedade, aceitando que todas as pessoas têm direitos à sua individualidade como espírito em rota evolutiva. O acolhimento, conversando diretamente com a pessoa com deficiência, procurando conhecê-la.

Miranda (2000, p. 68) apresentou uma proposta de responsabilidades, citadas por Joanna de Ângelis, para o Centro Espírita baseada numa trilogia: Espiritizar, Qualificar e Humanizar, sendo:

1. Espiritizar, tem esse sentido de resgate, de atrair a pessoa que apenas frequenta para que se torne praticante, adotando o Espiritismo e não querendo ser por ele adotado, de permitir-se que o Espiritismo entre nela e não apenas entrar no Espiritismo. Mas, também, espiritizar tem o sentido de viver o Espiritismo como ele é, na sua essência, sem adulterações, modismos, sincretismos, sem adaptações ou concessões a outras correntes de ideias, por mais respeitáveis sejam ou pareçam.
2. Qualidade, procurar melhorar as qualidades morais, sociais, familiares, as funcionais e as de trabalhador da Casa Espírita...". Aliás, essa ideia de competência, em oposição à pressuposição de que a boa-vontade basta, lembra Goethe, o célebre poeta alemão, quando propôs que nada há pior do que a pessoa de boa vontade sem conhecimento, pois atrapalha mais do que ajuda.
3. Humanizar: representa o sentimento de humanidade, de caridade. É o saber oferecer-se, despersonalizar-se, libertando-se do ego e colocando-se no lugar do outro para o ajudar com prazer, com alegria. Um exemplo é a conversação edificante, a paciência e a bondade para com os autistas, em qualquer grau que a problemática se apresente, os passes de transmissão de energias, as atividades de desobsessão, porque invariavelmente ocorrem também esses fenômenos, são os melhores instrumentos de auxílio em seu benefício. ” (JOANNA D'ÂNGELIS Livro | Espelhos da alma: uma jornada terapêutica.

Na perspectiva de que a Doutrina Espírita é para todos, os Centros Espíritas devem estar preparados a todos, no sentido de sentir seus ensinamentos (Espiritizar), com capacitações que visem a melhora do atendimento (Qualidade) e o acolhimento de todos que por ali se encontram (Humanizar).

**Considerações finais**

O Centro Espírita, em consequência do trabalho, é o local onde se caldeiam os interesses, onde se desenvolvem as atividades, onde se realizam os misteres do intercâmbio, onde se produzem os centros de interesses, a fim de que as motivações permaneçam sempre atuantes, facultando ao indivíduo trabalhar sem enfado, sem cansaço, e crescer, mudando de metas, sempre para cima e para melhor. (SSCHUBERT, 2006)

Hoffmann (2018) reforça que a grande maioria dos Centros Espíritas está estruturado em, pelo menos, evangelização, estudos doutrinários, palestras, atendimento fraterno, até a tarefa mediúnica e ações de promoção e assistência social. Em todas as atividades deve haver uma ação que é transversal: a atitude de inclusão e acessibilidades.

 Kardec pensou o Centro Espírita "como uma célula viva e pulsante, lugar de trabalho (para todos), de solidariedade (entre todos) e de tolerância (para com todos)" (SCHUBERT, 2006, p. 299).

Portanto, parte de cada trabalhador a prática inclusiva dos ensinamentos de Jesus, reconhecendo em cada irmão um espírito imortal, com potencialidades e possibilidades de somar a grande missão da vida terrena.

**REFERÊNCIAS**

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DISLEXIA. Disponível em: <<http://www.dislexia.org.br>>. Acesso em: 10.01.2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO DÉFICIT DE ATENÇÃO. Disponível em <http://www.tdah.org.br>. Acesso em: 10.01.2021.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>>. Acesso em: 05.01.2021.

**\_\_\_\_\_\_\_\_.** [**DECRETO Nº 5.296 DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004.**](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEC%205.296-2004?OpenDocument) Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>.> Acesso em: 05.01.2021.

\_\_\_\_\_\_\_\_. Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm>>. Acesso em: 05.01.2021.

FEDERAÇÃO ESPÍRITA BRASILEIRA. Orientação ao centro espírita, 2016. Disponível em: <<https://www.febnet.org.br/ba/file/Downlivros/orienta.pdf>.>. Acesso em: 05.01.2021.

FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ENAP). Programa de inclusão de pessoas com deficiência. Brasília, 2017. Disponível em: <<https://inclusao.enap.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/Cartilha-Programa-de-Inclus%C3%A3o-de-Pessoas-com-Defici%C3%AAncia.pdf>.> Acesso em: 05.01.2021.

HOFFAMANN, Sonia. Inclusão e Acessibilidades. 1 ed. Barra Bonita SP: Solidum, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/20551-pessoas-com-deficiencia.html>>. Acesso 05.01.2021.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Deslocamentos. In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão, diferença e deficiência: sentidos, deslocamentos, proposições. Campinas. [s. n.], 2017. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/4030>>. Acesso em: 10.01.2021.

MIRANDA, Manoel Philomeno. Qualidade na prática mediúnica. Luz Espírita, 2021. Disponível em< [http://bvespirita.com/Qualidade%20na%20Pratica%20Mediunica%20(Projeto%20Manoel%20Philomeno%20de%20Miranda).pdf](http://bvespirita.com/Qualidade%20na%20Pratica%20Mediunica%20%28Projeto%20Manoel%20Philomeno%20de%20Miranda%29.pdf) >. Acesso em: 10.01.2021.

SABERES E PRÁTICAS DA INCLUSÃO: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com altas habilidades/superdotação. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. Disponível em :<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/altashabilidades.pdf>. Acesso em: 10.01.2021.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. In: VIVARTA, Veet (coord.). Mídia e deficiência. Brasília: Andi/Fundação Banco do Brasil, 2003, p. 160-165. Disponível em: <<https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/TERMINOLOGIA_SOBRE_DEFICIENCIA_NA_ERA_DA.pdf?1473203540>>. Acesso em: 10.01.2021.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16. Disponível em:

<https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/SASSAKI_Acessibilidade.pdf?1473203319>. Acesso em: 10.01.2021.

SCHUBERT, Suely Caldas. Dimensões espirituais do Centro Espirita. 2. ed. - 5" reimpressão. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira,2012. Disponível em: [http://bvespirita.com/Dimensoes%20Espirituais%20do%20Centro%20Espirita%20(Suely%20Caldas%20Schubert).pdf](http://bvespirita.com/Dimensoes%20Espirituais%20do%20Centro%20Espirita%20%28Suely%20Caldas%20Schubert%29.pdf). Acesso em: 10.01.2021.

VENDRAMIN, Carla. Repensando mitos contemporâneos: o capacitismo, 2019. Disponível em: <<https://www.publionline.iar.unicamp.br/index.php/simpac/article/view/4389/4393>>. Acesso em: 10.01.2021.

1. Equipe de Educação Inclusiva ligada ao Setor Técnico Pedagógico da Vice-Presidência da Família Infância e Juventude na Federação Espírita Catarinense. Equipe supervisionada por Magna Martins, com a coordenação de Francielle Bispo (13ª URE) e Enéa Kundlatsch (7ª URE), Edson Sperb (5 ª URE) e Silvania Bertolini (13ª URE) – Elaboração em fevereiro 2021. Grupo de Whatsapp: https://chat.whatsapp.com/DqqxD5mvsV33NJq6TtA23J [↑](#footnote-ref-1)